

GESTÃO SOCIAL, JUVENTUDE E PROCESSOS EDUCATIVOS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS

Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar¹, Ariela Karani da Silva², Cícera Mônica da Silva Sousa Martins³, Cícero Valdier Fideles Silva⁴.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Gestão Social nas Escolas (PGSE) é uma iniciativa do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) da Universidade Federal do Cariri (UFCA), que sediou suas ações na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Em março de 2011, o PGSE iniciou suas ações que foram direcionadas aos estudantes do 1º ano das escolas estaduais José Bezerra de Menezes, Prefeito Antônio Conserva Feitosa e do Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC. Estas escolas foram indicadas pela CREDE 19, totalizando para o PGSE um público-alvo de 500 alunos, com faixa etária entre 14 e 19 anos. É relevante observarmos a importância de termos jovens como sujeitos da ação, pois segundo Espósito: “a juventude poder ser entendida como o momento em que as noções formativas iniciadas na adolescência ganham características estruturais. [...]. Este é o momento ideal para propiciar aos jovens oportunidades de participação e associativismo.” (2010, p. 95).

É válido destacar a importância da construção de políticas públicas para este público, através do Estatuto da Juventude, um grande marco nessa luta do reconhecimento e da efetivação dos direitos, enfatizando para isso ações de protagonismo juvenil. Esse documento foi sancionado em 2013 e alguns dos seus princípios são a promoção da autonomia e emancipação dos jovens; reconhecimento deste como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações. Esse projeto objetivou fortalecer ações de protagonismo nas escolas conectando os jovens à rede local e inseri-los nas demais políticas públicas e sociais de sua região, por meio da prática da gestão social.

¹ Universidade Federal do Cariri- CE – Brasil. waleriamenezes@cariri.ufc.br

² Universidade Federal do Cariri- CE – Brasil. ariela.karani@gmail.com

³ Faculdade Leão Sampaio- CE- Brasil. monicamartins_sousa@hotmail.com

⁴ Universidade Federal do Cariri- CE – Brasil. valdier.f@gmail.com

Nesse sentido, atuar na escola trouxe a possibilidade de fortalecer uma nova identidade territorial, a partir de processos educativos que desenvolvam as potencialidades locais e o protagonismo juvenil.

Pode-se definir Gestão Social como um “(...) processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais), voltada principalmente para ações empreendidas pela sociedade civil ou pelas políticas públicas sociais, em que os grupos cooperativados e organizados são o foco, percebe-se a gestão social “(...) como um processo que deve primar pela concordância, onde o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo”. (TENÓRIO 2008, p. 40). Dessa forma, o objetivo desse trabalho é apresentar o percurso do projeto Gestão Social nas Escolas, demonstrando como a gestão social pode constituir-se em um caminho para a difusão de processos educativos dialógicos, contribuindo para o protagonismo dos jovens como sujeitos ativos e modificadores de sua realidade.

2. METODOLOGIA

O PGSE estruturou a sua metodologia de atuação sobre três eixos, divididos nas seguintes etapas:

- 1ª etapa (março a junho de 2011) – Sensibilização dos atores envolvidos no projeto;
- 2ª etapa (agosto de 2011 a março de 2012) – Construção dos planos de ação dos jovens;
- 3ª etapa (a partir de abril de 2012) – Processo de incubação do empreendimento juvenil.

Os processos educativos utilizados foram compostos por jogos cooperativos, dinâmicas de grupo, rodas de conversa e vivências educativas, além de uma série de capacitações e encontros. Na primeira etapa, esses processos foram disseminando-se naturalmente entre os jovens que se identificavam com as ações do projeto e demonstravam o desejo de conhecer o grupo em que estavam sendo inseridos, o que os ajudou bastante a criar os laços necessários para sustentar e guiar o protagonismo do grupo e de cada jovem em si. Durante a segunda etapa do

projeto foram elaborados pelos participantes do projeto planos de ação para serem criadas medidas para as problemáticas socioambientais do contexto em que vivem.

Observou-se que alguns planos de ação tinham um caráter pontual, como palestras, exposições e oficinas. Entretanto, tiveram propostas de ações a médio e longo prazo, com a perspectiva de geração de renda.

A passagem para terceira etapa do projeto ficou para aqueles grupos que criaram propostas de geração de trabalho e renda. Entre as iniciativas criadas pelos jovens podemos citar: oficinas ecológicas, produção de materiais de limpeza a partir da reutilização do óleo de cozinha e de garrafas pet, produção de brinquedos e bijuterias por meio da reciclagem de materiais, criação de uma farmácia popular baseada em plantas medicinais, entre outras.

Esta fase do projeto representa um grau a mais de amadurecimento nos jovens tanto no nível individual quanto grupal, assim como o estreitamento da relação entre os parceiros do projeto. Esta maturação é fundamental para a implementação da incubação dos empreendimentos juvenis. O processo supracitado tem grande valor para a emancipação do grupo, pois, conforme aponta Tenório e colaboradores,

Percebe-se, apesar da boa vontade, a fragilidade dessas organizações na gestão de suas atividades e projetos. Ressentem-se as mesmas de maior clareza para a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de seus projetos. Ressentem-se, ainda, de elementos básicos para uma administração mínima de seus projetos e atividades. TENÓRIO et al. (2003, p. 11).

O PGSE, para realizar processo de incubação junto aos jovens, contou com o apoio da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS, da UFCA. Desde o início do processo foram aplicadas aos jovens participantes, oficinas com temáticas relacionadas ao cooperativismo e associativismo, economia solidária, gestão social, entre outros temas afins. Portanto, este é o principal foco do PGSE, habilitar os jovens, por meio de processos educativos, a serem protagonistas de suas próprias vidas, tornando-se sujeitos conscientes das necessidades do contexto sociocultural e ambiental do qual fazem parte(TENÓRIO, et al. 2003 p. 26).

Com base nestas reflexões, passa-se a expor como o PGSE busca em sua prática a aproximação com os princípios da gestão social. Tal prática inclui a utilização da Psicologia Social Comunitária, a partir dos grupos operativos, dialogando com as Metodologias Integrativas, conhecidas também como Metodologias não Convencionais (MnC) (GIANNELLA, 2009).

Giannella (2009),

afirma que as metodologias anseiam contribuir com a produção do conhecimento interativo, valorizando as competências reais dos sujeitos. Além disso, tais metodologias se utilizam de técnicas voltadas à mobilização da inteligência coletiva, à gestão de trabalho em grupo, análise, interpretação e solução participativa de situações-problemas.

A metodologia dos grupos operativos proporciona a execução de tarefas grupais, mas também produz como efeito secundário a qualidade de vida, a promoção da saúde mental e o bem-estar do sujeito no grupo na medida em que é dado a todos o direito igualitário de participação e de expressão na resolução dos problemas. Ou seja, “a terapia não é o objetivo principal do grupo operativo de aprendizagem, mas algumas de suas consequências podem ser consideradas terapêuticas na medida em que capacitam o sujeito para operar na realidade.” PICHON-RIVIÈRE (2009, p. 253).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da análise das etapas cumpridas, é notável que os jovens vivenciaram o processo de protagonismo juvenil através da difusão das habilidades aprendidas ao longo das três fases do PGSE. As falas destes, utilizadas nesse item, foram coletadas a partir de uma atividade de avaliação do projeto quando buscamos identificar quais habilidades foram desenvolvidas. A partir da análise dos dados identificamos algumas como a participação: *“Eu era muito tímido, nem falava, achavam que iam rir de mim, mas com o tempo consegui e hoje já fui instrutor de oficinas de reciclagem, eles me chamaram de professor”* (Jovem PGSE). Outra jovem fala também da perda da timidez participando dos espaços de fala após as ações do projeto: *“(Eu) era mais calada e buscava ouvir mais, hoje consigo falar e dá (sic) opiniões consigo até debater ideias”* (Jovem PGSE).

É possível observar que os resultados da participação superaram as atividades do projeto, chegando a outros espaços da vida dos participantes como a própria escola: *“Eu sou tímido mas as formações do projeto me ajudaram. Na escola mudou, eu não perguntava aos professores, ficava com as perguntas dentro de mim, quando chegava em casa tentava estudar só para tirar as dúvidas. Mas agora é diferente, sou mais comunicativo, antes era assim, “fala, fala...” hoje eles não precisam mais pedir”* (Jovem PGSE).

4. CONCLUSÃO

Essa experiência demonstrou a importância de um investimento mais assertivo em espaços escolares, ou seja, prático-reflexivos, onde requisitos básicos da gestão social como autonomia, participação, pertencimento territorial sejam desenvolvidos. Acreditamos que a aplicação desse projeto pôde ampliar os espaços emancipatórios a partir do desenvolvimento de habilidades, por meio de atividades educativas fundadas na gestão social. Isso aconteceu inicialmente pela retomada dos vínculos de pertencimento territorial, em que os jovens foram re-conectados dentro do seu espaço físico e político. Esse pertencimento foi estabelecido entre os jovens quando nas etapas iniciais fomentaram um olhar para dentro da comunidade retomando as experiências coletivas que deixaram registros pessoais. Essa reconexão com o espaço territorial pôde favorecer um sentimento de confiança nos espaços decisórios proporcionando condições para o estabelecimento de um projeto coletivo e para, enfim, fazer com que estes atores sociais modifiquem a realidade da sua comunidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ESPÓSITO, Marlene Veiga. **O Educador Social e a Busca Ativa a Crianças e Adolescentes Exploradas Sexualmente**. 2010. Disponível em: <<http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=233>>. Acesso em: 20 mai 2011.
- GIANNELLA, Valéria. **Espaço Aberto para Trocas**: uma oficina sobre as dificuldades de mobilização social em contextos de exclusão extrema (no prelo). Salvador/BA: CIAGS-UFBA, 2009. v. 500. 68 p.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O Processo Grupal**. 8 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- TENÓRIO, F. G. (Coord.), et al. **Avaliação de Projetos Comunitários**: abordagem prática. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o Conceito de Gestão Social. In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). **Gestão Social**: práticas em debate, teorias em construção. v.1. Juazeiro do Norte, 2008. p. 26-36. Disponível em: http://liegs.cariri.ufc.br/index.php?option=com_docman&task=catview&gid=131&Itemid=58>. Acesso em: 11 mar 2011.